



*Um projeto de ensino superior: a Academia de Altos Estudos do IHGB  
(1915-1922)*

Thaís de Melo

Universidade Federal de São Paulo

(UNIFESP - PPG –História)

**Resumo**

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o processo histórico de criação e funcionamento da Academia de Altos Estudos, fundada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1915. Essa instituição de ensino superior surgiu como uma iniciativa de promoção dos estudos científicos nas áreas de Política, Sociologia e História. Em 1919, foi reformulada para atender à formação de professores secundários, passando a ser Faculdade de Philosophia e Letras, mantendo as características de incentivo à pesquisa e aos “estudos desinteressados”. Nesse sentido, propomos considerar o IHGB como um lugar de poder atuante no campo educacional, e como instância inovadora no conturbado cenário do ensino superior brasileiro. Para tal a pesquisa abrange o período de existência da Academia de Altos Estudos e da Faculdade de Filosofia e Letras, compreendidas entre 1915 a 1922.

**Palavras Chave:** Ensino Superior, IHGB, Educação.

A proposta de tomar o IHGB como instituição atuante no campo educacional nos primeiros anos da República decorreu do desenvolvimento da pesquisa de Iniciação Científica que propunha investigar as relações entre o IHGB e as reformas educacionais dos anos 1920 e 1930<sup>1</sup>. Nesse estudo, foi possível constatar a existência de uma rede de sociabilidade (CHARTIER, 1990) conformada pelos sócios desta instituição. Eles também, compunham os quadros de outras organizações como por exemplo a Associação Brasileira de Educação (ABE-RJ-1924), professores do Colégio Pedro II, bem como faziam parte de setores ligados à educação no Ministério de Educação e Saúde pública nos anos 1930.

Desse modo foi possível observar que, para além do caráter de “instituição oficial” do conhecimento histórico nacional, as temáticas de pesquisas desenvolvidas pelos sócios do Instituto, também propiciaram o surgimento de discussões e a produção de materiais sobre “instrução pública”, delineando, dentro do próprio Instituto, os primeiros estudos relacionados à educação (CARVALHO, 2004 p. 380). Nesse sentido, buscamos identificar os eixos que demonstravam a presença do IHGB no campo da educação.

Considerando os apontamentos da pesquisa e os debates bibliográficos sobre o tema, foi possível observar que o campo de atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi sendo expandida ao longo dos séculos XIX e XX, para além do lugar de conhecimento acadêmico. A instituição ganhou contornos políticos representativos devido ao trânsito político e social de seus sócios, possibilitando que o Instituto exercesse influência sobre os rumos da direção política do país (GOMES, 2009 p.75). No âmbito acadêmico, acabou proporcionando a criação de bases documentais e teóricas para o desenvolvimento, de estudos acerca da trajetória histórica da educação brasileira, bem como de experiências na política educacional.

Tendo como ambiência o período de transição entre o final do Império e os primeiros anos do regime republicano, as atividades desenvolvidas pelo IHGB nesse intervalo e ao longo dos anos 1920 e 1930, diferem das funções e prerrogativas

---

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa: O Debate sobre Educação e Ensino Secundário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: (1920-1930). Vigência: 2011-2012; aluna: Thaís de Melo, graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo; EFLCH, Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Rita de Almeida Toledo, financiamento: FAPESP.

exercidas pela instituição ao longo do século XIX. Para um aprofundamento nessas questões, faz-se necessário um diálogo com estudos como os de Angela de Castro Gomes, Maria Lucia Paschoal Guimarães e outros trabalhos recentes como os de Hugo Hruby e Francisco Gouveia de Sousa. Tais estudos tentam compreender sob diferentes abordagens os impactos e as transformações trazidas pela República e pelas efervescências culturais do final do XIX para o IHGB.

O contato com o livro *Da escola Palatina ao Silogeu* (GUIMARÃES, 2007 p.16), de Lucia Maria Paschoal Guimarães, permitiu compreender o percurso do IHGB nos anos seguintes à 1889 e os indícios das mudanças de atividades da instituição ao longo do século XX. A autora retrata um período pouco privilegiado nos estudos sobre a Instituição, que se concentram em sua atividade modelar e oficial do período imperial, segundo ela “ a historiografia contemporânea tem passado ao largo da contribuição do instituto na construção do conhecimento histórico nas primeiras décadas do 1900.”; o que poderia ser explicada, em grande medida, pelo desprestígio de abordagens historiográficas institucionais e mesmo políticas na virada do século<sup>2</sup>.

Guimarães retrata a trajetória de transição da estrutura do IHGB no Império, para as reconfigurações do período republicano. A autora também perpassa pelas atividades educacionais promovidas pelo Instituto, como a Academia e a Faculdade, representando um importante ponto de partida das análises deste estudo. Guimarães sinaliza o movimento de transição e incertezas vivido pela instituição no imediato pós-proclamação e acompanha o caminho de reaproximação do IHGB com o governo republicano a partir dos mandatos civis e até o Estado Novo getulista. Nesse caminho, demonstra as reconfigurações operadas pelo instituto, as dificuldades financeiras enfrentadas pelos sócios e suas estratégias de solução.

Corroborando com os argumentos de pesquisa trazidos por Guimarães, o artigo de Hruby, intitulado *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos* (HRUBY, 2008), demonstra as articulações e expressões dos sócios do Instituto perante as mudanças políticas e culturais do final do século XIX, sobretudo em relação aos impactos na perspectiva de análise histórica adotada pela instituição. Com base nas publicações dos artigos da Revista do IHGB,

---

<sup>2</sup> “ Afinal, a historia que se praticava no IHGB estava longe de se constituir naquilo que Peter Burke denomina de ‘historia vista de baixo’.” P. 16

Hruby observa que os paradigmas conceituais e metodológicos que outrora regiam a produção dos sócios confrontavam com as necessidades de compreensão e incorporação dos acontecimentos recentes como parte coerente do processo histórico de constituição da nação brasileira. Se durante o Império, o projeto de linearidade histórica corroborava para a consolidação política e territorial sob o comando do Imperador, os movimentos republicanos não poderiam figurar como ruptura dentro do projeto de construção de uma nação, deveria ser então, justificados por esse projeto.

Embora concentre sua análise em recortes e com objetivos semelhantes aos estudos já citados, o texto de Ângela de Castro Gomes traz indicações valiosas sobre a circulação institucional dos sócios do IHGB, e com significativas relações com o âmbito educacional. Em *A República, a História e o IHGB* (GOMES, 2009), a autora procura demonstrar [...] os vínculos desses intelectuais com a questão da educação, em sentido amplo [...] evidenciando que as preocupações e as movimentações em torno de projetos e ações efetivas de parte dos sócios, os quais identifica como um grupo de “reformadores sociais”, estaria associada à crença “[...] no poder transformador da cultura e do ensino da palavra escrita.” Gomes confere uma dimensão ativa dos trabalhos dos sócios, diferenciando-se de interpretações de inércia e apatia por vezes referida ao Instituto. Para além das mudanças historiográficas, a República também trouxe impactos políticos e sociais para o IHGB. A tese de Francisco Gouveia de Sousa, intitulada *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)* as diferentes recepções do processo de implementação do regime republicano operaram diferentes movimentos internos no IHGB, com objetivos e formas de reação também diferentes. O autor opera com a chave de *revolta e proclamação*, para identificar e analisar as reações dos sócios frente ao que chama de “perda de futuro” e o interesse pelas “novidades republicanas”<sup>3</sup>.

O fim do Império teria representado uma ruptura das ações projetadas para um possível ‘terceiro reinado’. Para Sousa a República teria posto em suspensão tais possibilidades, trazendo fragilidade e instabilidade para a hierarquia interna do IHGB. As movimentações dos militares lhes parecia a “anarquia dos tempos regenciais”(SOUSA, 2012 p. 65). Essa análise teria gerado posturas de rejeição à

---

<sup>3</sup> “ A anarquia dos anos regenciais parecia ter retornado para parte dos sócios do IHGB que lamentavam a perda de D. Pedro II. Ao mesmo tempo, foi quando outros sócios puderam ver a República como viram a Independência: como proclamação.”(SOUSA, 2012 P. 10)

participar desse novo regime por parte de alguns sócios, mantendo o IHGB como espaço a parte dessa nova órbita política<sup>4</sup>; guardando os compromissos com a manutenção do referencial de distinção. Entretanto, as ações desenvolvidas pelo IHGB durante as décadas de 1910, demonstram um esforço de interação política e social com o novo regime, identificando outras entradas políticas, como por exemplo, o campo educacional.

### **Trajetórias e problemáticas**

Como apresentado anteriormente, as relações entre IHGB e o campo educacional podem ser lidas, sob três aspectos: por experiências docentes dos sócios em instituições de ensino; pela participação política de seus sócios em órgão da administração educacional, e pelo legado metodológico de pesquisa para a História da Educação no Brasil. Nesta mesma linha, propomos a análise mais detida das significativas atuações do Instituto no campo prático do ensino. Nesse sentido, observando um movimento de reinserção do IHGB no panorama político pelo campo educacional, como uma construção de um novo espaço de atuação dentro da conjuntura política republicana.

Com tais objetivos, o estudo tomou por fontes privilegiadas as atas publicadas na Revista do IHGB, como importante veículo de comunicação oficial e publicação dos trabalhos, discussões e registro das ações desempenhadas pelos sócios do Instituto. Publicada desde 1839, o periódico possui atualmente todo seu acervo digitalizado em uma base online<sup>5</sup>. Por meio das Revistas, pudemos identificar as movimentações acerca da realização das Conferências Abertas promovidas pelo IHGB entre 1913 e 1915, bem como as propostas de criação da Escola de Altos Estudos e posteriormente da Academia de Altos estudos. Entretanto, esta última empreitada não recebeu tanto espaço nas discussões ou publicações da Revista, o que nos levou à busca de outras fontes documentais. Em pesquisa direta em parte dos arquivos físicos do Instituto, identificamos a publicação e a circulação de informações sobre a AAE nos Diários Oficiais do período de existência da instituição. A presença de informações sobre a AAE e suas atividades nas publicações do Diário Oficial da União (DOU) e a

---

<sup>4</sup> “[...] os sócios do IHGB operariam na República, mostrando-se como estando “fora”, como se fossem apenas observadores; sem, no entanto, deixarem de ser *fiéis à pátria*.”

<sup>5</sup> acessível pelo site <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>



ausência nas páginas da Revista do IHGB - figurava como um elemento instigante: Por que atividades internas do IHGB estavam veiculadas em uma publicação oficial?; Por que a criação de uma seção chamada Instituto Histórico?; Qual a função dessas informações no DOU? Nesse sentido, a melhor compreensão do funcionamento desse veículo de informação se fez necessária.

Reconhecido como principal meio de divulgação e oficialização de leis, decretos e decisões públicas do governo vigente, a existência do Diário Oficial remonta às primeiras medidas administrativas da Corte na colônia. Contudo a unificação da divulgação das decisões régias ocorreu por volta de 1860, e o título atual veio com República (SOARES, 1998 p. 206). Segundo as normatividades da biblioteconomia, publicações oficiais são compreendidas como “[...] documentos produzidos e emanados sob a responsabilidade do governo, no desempenho das funções legais e administrativas dos órgãos, refletindo a vontade e as atividades do governo, gerando direitos e obrigações ou informando aos cidadãos.”(IDEM p. 2017); em outras palavras, documentos administrativos do poder público voltado para a divulgação de seus trabalhos. Nesse sentido, configuram-se como lugares importantes de interlocuções políticas (governo - sociedade), a medida que adquire contornos de exposição pública dos atos governamentais, não apenas o sentido de “fazer saber” de decisões.

Ainda que tais documentos sejam “oficiais”, e apresentem a lógica de funcionamento burocrático da máquina governamental, e necessitem de todas as ressalvas à utilização de suas informações como fontes históricas, a leitura feita á contrapelo de seus dados e articulações pode compor conjuntos seriais representativos para a compreensão de relações do poder público com outras instancias da sociedade e mesmo com seus participantes. Certamente que o entrecruzamento desta fonte com jornais, estatutos e outros tipos documentais permitiu uma visão mais dinâmica dessas relações. Em relação a esta pesquisa, o cruzamento com os registros de sócios, recortes de jornais e bibliografia sobre o IHGB, permitiu compreender um pouco melhor as relações estabelecidas com o poder republicano. Desse modo, o texto busca apresentar possibilidades de análise sobre atuação do IHGB no cenário educacional brasileiro do início do século XX.

## **Construção de espaços de atuação: Propostas educacionais do IHGB**

Observando as movimentações dos primeiros anos da República, podemos inferir que no início da década de 1910, os sócios do IHGB já haviam estabelecido suas relações com as novas esferas de governo. Mesmo as dificuldades financeiras, intensamente sentidas no final do XIX, pareciam contornáveis pelas relações políticas e pessoais dos sócios<sup>6</sup>. As atividades desenvolvidas pelo Instituto durante essa década podem ser interpretadas como tentativas de restabelecimento do IHGB como lugar do pensamento intelectual também na República.

Para muitos sócios, a garantia de uma formação adequada às novas necessidades político econômicas do país seria fundamental para o seu crescimento. Nas palavras de Ramiz Galvão – sócio efetivo e professor do Pedro II - o controle da *educação* levaria ao *controle de toda a movimentação social e política de um país* (REVISTA, 1912 Tomo 752 p. 238 ). Nesses termos, e provavelmente, ainda sob efeito das preocupações lançadas por Alberto Torres em 1911<sup>7</sup>, foram organizados ciclos de conferencias livres e abertas a participação geral sobre temas relacionados ao contexto econômico, político e às artes nacionais. Ainda nessas preocupações de formação culta de uma parcela da sociedade, Roque Spencer Maciel Barros analisa o que chama de “ilustração brasileira”.

Segundo Barros:

[...] o característico da “ilustração brasileira” do século XIX, como já o fora da ilustração europeia do século XVIII, é que o ideal “ilustrado” *não nasce de uma reivindicação popular*; antes, procura criá-la. [...]. Não se esquece, de forma alguma, o papel fundamental da instrução primária, a instrução por excelência popular, mas compreende-se claramente que esta, sozinha, desamparada de uma instrução superior de alto nível de pouco servia. (BARROS, 1959 p. 27) (grifos nossos)

---

<sup>6</sup> “ As autoridades republicanas, por seu turno, pareciam retribuir as atenções recebidas. Analisando os balancetes do grêmio, nas receitas relativas ao exercício de 1906, há registro de que a subvenção dos cofres públicos se elevava para a quantia de 12:000\$000 ( doze contos de réis). A importância, descontada a inflação, aproximava-se ao valor do último subsídio concedido por D. Pedro II” GUIMARÃES 2007.p. 29

<sup>7</sup> Para TORRES, o fim maior da “projetada instituição” [ Universidade Brasileira], seria o de detectar e solucionar racionalmente os problemas sociais e políticos do país, criando um *Centro de Estudos de Problemas Brasileiros* e formar uma junta de intelectuais suficientemente esclarecidos para analisarem e discutiremos problemas e sugestões de solução. Ou seja, quase um projeto de governo do país por intelectuais e autoridades ilustradamente qualificadas. Ver: REVISTA, 1911 Tomo 742 p.592 -616 e TORRES, Alberto Seixas Martins. **O Problema Nacional Brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 ; . **A Organização Nacional**. (1ªed.1914). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 b. Nesse sentido, em acordo com Guimarães: “A programação obedecia a uma diretriz didática bem definida: num primeiro momento, esboçava-se um panorama geral do país e, em seguida, partia-se para o exame de questões mais pontuais, o que de certo modo se assemelhava à proposta de Alberto Torres.” GUIMARÃES, Op. Cit p. 106

O que justificaria os investimentos imperiais na promoção do ensino superior, mesmo que os demais graus de ensino ainda não conformassem um sistema educacional integrado, pois era necessário criar ambientes propícios para o desenvolvimento dessa cultura. Contudo, o próprio autor reconhece que o sistema de instituições isoladas adotados pelo Império e mantidas até as décadas de 1920 e 1930 da República (NAGLE, 2001 p. 74), e as condições inapropriadas de acesso a elas - os exames parcelados não proporcionavam o desenvolvimento necessário e próprio dos estudos superiores<sup>8</sup>. Estes, por sua vez, mantiveram até a década de 1850 sua função profissionalizante, que passava ao largo do estímulo à pesquisas e reflexões acerca dos estudos científicos (CUNHA, 1986 p. 96). Com a efervescência intelectual e política da virada do século, as estruturas do ensino superior no Brasil também foram tensionadas. Ainda que as interpretações sobre esse período e seus agentes sejam múltiplas<sup>9</sup>, é possível identificar que a transição foi marcado politicamente pela presença de ideais liberais trazidos à cena pelas novas classes burguesas oriundas da crescente modernização econômica, e que junto com diferentes grupos políticos, buscavam visibilidade com a crítica ao “status quo” imperial<sup>10</sup>. No âmbito educacional, resurge a defesa pelo ensino livre nos cursos superiores, juntamente com a reivindicação da abertura de institutos superiores por outros seguimentos da sociedade<sup>11</sup>.

Entretanto a chave “liberdade de ensino” adquirira inúmeros significados, servindo de bandeira a propostas diversas, que vão desde a liberdade profissional à reformulação de parâmetros de avaliação. Segundo Barros, as interpretações oscilavam de acordo com as reivindicações políticas de grupos que as compunham<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> “O que chama a atenção, de início, ao estudarmos o ensino no império é a ausência de um sistema educacional. Entre o ensino primário, insuficiente e mau, e o superior, anacrônico e falho, há um hiato de o Colégio Pedro II, os Colégios das Artes, de S. Paulo e Pernambuco, e as poucas aulas de preparatórios espalhadas pelas províncias não poderiam nunca preencher.” (BARROS, 1959 p. 200)

<sup>9</sup>Que variam desde a adoção de doutrinas científicas, liberais, positivistas como meros “adornos retóricos” ao discurso político à produção de reflexões contestadoras e críticas, sobre o país a partir de referenciais estrangeiros selecionados como base teórica de propostas para reformas (ALONSO, 2000, p.37)

<sup>10</sup> CUNHA, Op. Cit p. 178.

<sup>11</sup> Idem, ibidem.

<sup>12</sup> [...] o liberal a concebe como direito de transmissão do pensamento e das opiniões, como prática ilimitada. [...] Para o positivista é um elemento da “transição orgânica; não é a garantia de manifestações [...] de opostas e irreduzíveis visões da vida [...] é um direito transitório em que não se quer pensar em um estado definitivo. Para os católicos é coisa inteiramente diversa. Convicto de possuir a verdade absoluta [...] a liberdade de ensino não se pode confundir com a liberdade de ensinar o erro – ou seja, de ensinar doutrinas opostas à Igreja Católica ou por ela condenadas. (BARROS, 1959 p. 219) [...] o liberal a concebe como direito de transmissão do pensamento e das opiniões, como prática ilimitada. [...] Para o



O autor acaba por sintetizar o que entende por liberdade de ensino – após um percurso a respeito do tema em países como Inglaterra, França e Alemanha - como um processo em que a “[...] liberdade de aprender completa a liberdade de ensinar”, numa conjunção política e social na qual “é o Estado que educa, não pela oficialização de uma doutrina, mas pela delegação desse poder a homens competentes quaisquer que sejam suas crenças.” (BARROS, 1959 p.119-120). Entretanto tais conceitos de organização apenas serão implementados concretamente pela Constituição de 1891 (CUNHA,1986 p. 167) e sucessivas reformas nos anos 1910 e 1920. Até o final do Império a maior parte das faculdades existentes eram veiculadas ao Estado, que centralizava o processo de fiscalização e funcionamento dessas instituições, amplamente profissionalizantes. Por fim, Barros destaca a quase existência, no fim do século XIX, de faculdades ou curso voltados aos estudos desinteressados<sup>13</sup>:

Nada se fazia no domínio da filosofia e das letras, em que pesem as múltiplas manifestações da opinião esclarecida do país no sentido de se criarem sejam faculdades de filosofia sejam faculdades de letras. *Sem esses viveiros do professorado [...] dedicados, a um só tempo, a fazer avançar a cultura e a preparar homens hábeis para a sua transmissão*, comprometia-se a possibilidade mesma de organizar um verdadeiro sistema de educação nacional,[...] além de estancar-se a fonte principal do progresso da pesquisa científica, literária ou filosófica. (BARROS, 1959 p. 216)(grifo nosso)

Nesse sentido, é possível observar a criação da Academia de Altos Estudos pelo IHGB como uma iniciativa herdeira dessas ideias de ilustração e desenvolvimento científico do final do XIX. Tendo em vista que a própria instituição ocupou, durante o Império e parte do período republicano também, o lugar de promotora da cultura erudita nacional, encabeçando debates teóricos e formulando modelos de produção de conhecimento, norteados pelo desenvolvimento científico de diferentes períodos; é compreensível sua iniciativa no campo do ensino. Nesse sentido, podemos observar o incentivo e promoção dessas atividades na órbita dos movimentos sócio políticos de consolidação dos modelos acadêmicos europeu ocorridos ao longo do tempo, os quais,

---

positivista é um elemento da “transição orgânica; não é a garantia de manifestações [...] de opostas e irreduzíveis visões da vida [...] é um direito transitório em que não se quer pensar em um estado definitivo. Para os católicos é coisa inteiramente diversa. Convicto de possuir a verdade absoluta [...] a liberdade de ensino não se pode confundir com a liberdade de ensinar o erro – ou seja, de ensinar doutrinas opostas à Igreja Católica ou por ela condenadas. BARROS, 1959O p Cit. P. 219

<sup>13</sup>“ Acentuamos a ausência dos estudos superiores “desinteressados”, do cultivo da ciência pura, sem o que não é possível alcançar alto nível no domínio do ensino superior, sem o que se ressentem os próprios estudos profissionais [...]” (BARROS, 1959 p. 215)

de certo modo funcionaram como referenciais de organização às estruturas instauradas no Brasil.

### **Os primórdios da Academia de Altos Estudos**

Como apresentado anteriormente, as relações entre a atuação do IHGB se deram sob três aspectos: por experiências docentes dos sócios em instituições de ensino; pela participação política de seus sócios em órgão da administração educacional, e pelo legado metodológico de pesquisa para a História da Educação no Brasil. Nesta mesma linha, propomos a análise mais detida de uma atuação significativa do Instituto no campo prático do ensino, com a fundação e organização da Academia de Altos Estudos nos anos 1910.

A idéia de criar uma instituição de ensino superior - gestada entre os sócios durante os anos 1911 e 1922 - direcionada, a princípio, para formação de profissionais servidores públicos, acabou se tornando uma “experiência pioneira” do IHGB no campo educacional brasileiro. A primeira proposta de fundação de uma instituição universitária foi colocada por Alberto Torres, oficialmente na assembléia de 26 de agosto de 1911, contudo a proposta foi vetada em sob a alegação de que sobrecarregaria as atividades do Instituto (REVISTA, 1912 Tomo 752 p. 234 a 240).

Ainda assim, a manifestação de Torres despertou nos sócios a visão de “ [...] de que era preciso revelar o Brasil aos brasileiros pelo caminho das letras.”<sup>14</sup> Segundo Guimarães, isso impulsionou a organização de alguns ciclos de cursos abertos à comunidade letrada e à população em geral. As aulas versavam principalmente sobre estudos políticos e econômicos as mais ministradas. A boa procura e repercussão dos eventos incentivou a estruturação formal do protejo da Academia. Assim, na assembléia de 12 de outubro de 1915, foi aprovada a proposta de criação da Academia de Altos Estudos editada por Manuel de Oliveira Lima e Carlos Delgado de Carvalho. Oliveira Lima apresenta:

[...] um resumo do programa da Eschola de Ciencias Politicas e Administrativas feito pelo Delgado de Carvalho, de um trabalho maior que

---

<sup>14</sup> “Na ótica dos letrados que freqüentavam o IHGB, conhecer a realidade do país e seus problemas, apenas, não bastava. Era preciso modificá-la. Neste sentido, entendiam que a escolarização, em todos os níveis, se constituía num instrumento poderoso de correção do processo evolutivo e capaz de impulsionar o progresso da sociedade brasileira.” GUIMARÃES, 2006 p.

elle<sup>15</sup> elaborou. Penso se optimo esse programma. Aproveita dos programmas da Eschola Commercial e da Loudon School of Economic and Political Science [...] Adapta os referidos programmas às necessidades da administração brasileira, facilitando aos nossos estudantes as funções públicas, ao jornalismo e à vida política. (idem p.791)[...] “A Escola de Ciências Políticas é destinada a preparar funcionarios para os ministérios do Exterior, da Fazenda e da Agricultura, Industria e Commercio e para as administrações estadoaes ( REVISTA, Tomo 762-1913 p. 571-582)

Para muitos consócios, a garantia de uma formação adequada às novas necessidades político econômicas do país seria fundamental para o crescimento. Para Guimarães, a opção de direcionar a formação oferecida nesta Escola para o setor público, viria a suprir “[...] uma grave lacuna, deixada pelas Faculdades de Direito, onde fora abolido o curso de ciências sociais, e também procurava “[...] oferecer novas opções à juventude da época, mais ágeis do que o formalismo dos cursos de direito.” os quais eram criticados pela longa trajetória de formação.

### **Trajетórias em processo: De Academia para Faculdade**

Então em 6 de Maio de 1916 fora publicado no Diário Oficial da União, o discursos da cerimônia de inauguração da Academia, realizada em 20 de Abril do mesmo ano<sup>16</sup>. O Diretor da Academia, Sr. Conde de Affonso Celso, (presidente do IHGB) declarou alguns dos objetivos da referida Academia: “[...] um complemento dos estudos feitos nas faculdades, quer como synthese de cursos das demais escolas superiores, quer para o desenvolvimento do saber ou instrução [...] estender-se, ampliar-se, ramificar-se sempre mais e mais [...]” Numa breve análise é possível dizer que a instituição não visava formar profissionais, em sentido comercial, mas promover o desenvolvimento dos estudos superiores, de forma livre.

Ainda em 1916 foram publicados, também em Diário Oficial, o programa dos cursos oferecidos pela AAE e seu estatuto. Ambos os documentos fornecem uma panorama dos modelos estruturantes da instituição. Eram oferecidos três curso com duração média de três anos; eram eles: curso de Administração e financeiro; curso de Diplomacia e consular; curso de Philosophia e letras. Além desses, o estatuto garantia o

---

<sup>15</sup> Américo Jacobina Lacombe atribui a organização do programa da Academia de Altos Estudos: “[...] nenhum evento desse período teve a repercussão da criação da Academia de Altos Estudos com um plano elaborado por Delgado de Carvalho, cujo elogio consta dos discursos do emérito pernambucano. (LACOMBE, 1926 p. 97)

<sup>16</sup> Diário Oficial da União, 6 de Maio de 1916, Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1946185/dou-secao-1-06-10-1918-pg-33>>

funcionamento de “cursos extraordinários”, ministrados por lentes da AAE ou convidados. Sobre isso reza o seguinte no estatuto:

Art.1<sup>a</sup> A Academia de Altos Estudos, fundada pelo Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, *tem por fim promover a realização de cursos, permanentes ou não, sobre quaisquer assumptos, cuja divulgação e cujo ensino julgue convenientes.*(DOU, 04/10/1916, p.11669)(grifos nossos)

O primeiro artigo do estatuto deixa claro a autonomia administrativa e quase pedagógica de que usufruía a recém criada academia. O período de 1910 e 1920 forma marcados no campo educacional por sucessivas reformas na instrução com objetivos diversos e antigos debates. Desse modo, em 1911, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Em linhas gerais, a lei trazia maior autonomia de criação e funcionamento das instituições de ensino superior<sup>17</sup>, atrelando as condições de funcionamento à auto-suficiência financeira das instituições. Além disso, estabelece a possibilidade de “desligamento” do Estado àquelas que chegassem a essa independência financeira.

Pelo novo código, as instituições seriam identificadas como corporações autônomas, com direito à eleição de seus diretores, organização de programas e cursos, bem como o estabelecimento de taxas pelos serviços prestados aos candidatos (matriculas, exames, diplomas e mensalidades dos cursos), uma vez que as instituições que “[...] tivessem recursos próprios suficientes para seu funcionamento, prescindindo de subvenções governamentais, ficariam isentas ‘de toda e qualquer dependência ou fiscalização oficial, mediata ou imediata’ (CUNHA, 1986, p181); o que certamente explicaria a “liberdade” com que o estatuto da AAE trata o estabelecimento de seus cursos, bem como das cobranças de taxas previstas no estatuto.

Essa configuração da legislação possibilitou que a AAE se estabelecesse como uma instituição ligada diretamente ao IHGB, com uma relação de dependência e correspondência administrativa entre o Instituto e a Academia, além é claro da participação de inúmeros sócios como lentes dos cursos. Com tais possibilidades a configuração interna da Academia também foi se modificando. Em virtude disso, sócios e políticos ligados às políticas educacionais, redirecionaram as funções da escola para a formação de professores do ensino secundário, passando à

---

<sup>17</sup> **Art. 2º** Os institutos, até agora subordinados ao Ministerio do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autonomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo.(BASRIL,N 8.659 de 5 de Abril de 1911)

configuração e denominação de Faculdade de Philosophia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1919, a Faculdade apresentava seu estatuto no Diário Oficial, bem como a lista de seus novos cursos e professores. A Faculdade estava estruturada de modo a compreender as áreas de formação dos professores secundários, funcionando aos moldes das Escolas Normais Francesas (GUIMARÃES, Op. Cit 1999). Em 1919, a Faculdade de Philosophia e Letras apresentava seu novo regulamento:

Art1 A Faculdade de Philosophia e Letras, em que se transformou a Academia de Altos Estudos, fundada pelo IHGB, em 12 de outubro de 1915 e instalada em 25 de março de 1916, tem por fim com actual amplificação do quadro de seus estudos, *promover a realização de cursos científicos, artísticos e literários, de aperfeiçoamento, ou especialização para o magistério secundário*, segundo necessidades reconhecidas e vantagens presumíveis para a cultura nacional.(DOU, 18 /03/1919, p. 12334)

Os novos objetivos da instituição incluíam a formação do professor secundário em nível superior, uma proposta ousada pois como já mencionado o modelo da cátedra ainda vigorava como forma de seleção e estabelecimento do professor secundário em seu cargo vitalício; mas também aponta para uma postura inovadora no campo educacional que ganharia força nos anos 1920. Mas a Faculdade não se restringia ao professores e continuou a oferecer cursos de humanidades com títulos de bacharéis. Assim o programa da Faculdade era composto por :

**1-**Curso de philosophia e letras; **2-** Curso de Sciencias políticas e Sociaes;  
**3-** Curso Normal Superior; subdividido nos seguintes: **a)** Curso de línguas clássicas (grego & latim). **b)** Curso de línguas modernas(português, Frances, alemão, inglês, italiano, e hespanhol) **c)**Curso de sciencias mathematicas **d)**Curso de sciencias históricas e geographicas **e)**Curso de sciencias physicas e naturais **f)** Curso de ciências da educação”

A disposição dos cursos permitia uma formação ampla pois além da presença dos cursos voltados para o magistério secundário, a Faculdade oferecia alguns cursos das ciências de referência como Filosofia, Letras, Historia e Geografia. É válido destacar ainda a presença do departamento de *Ciências da Educação*, figurando como uma espécie de “departamento pedagógico” dentro dessa instituição, que além dos modelos didáticos conferia organicidade à proposta de formação do profissional

docente<sup>18</sup>. Dentre seus professores e formados estiveram significativos nomes da intelectualidade e do âmbito político da Primeira República brasileira<sup>19</sup>.

### **Considerações Finais**

As reflexões expressas neste relatório apontam para a percepção de intensa atividade do IHGB no período de transição do século XIX para o XX, bem como durante a instauração do regime republicano. Tais aspectos possibilitam a construção de um panorama em que o Instituto figura como um lugar de referência acadêmica, de distinção social e de promoção de políticas culturais e educacionais, num cenário teoricamente reconhecido como perda de prestígio ou “marginalizado da vida urbana” (SOUSA, 2012 p. 19-20) De certo que as alterações políticas e econômicas imprimiram transformações na dinâmica da Instituição, contudo, se por uma lado, o IHGB deixou de ser o lugar autorizado da Escrita da História para o contexto republicano; por outro, encontrou nele uma possibilidade de inserção pela via educacional; promovendo a “formação necessária”, - ou pelo menos a que julgavam ser - aos objetivos de uma sociedade em construção.

Os materiais expostos e referenciados ao longo do relatório terão maior atenção no desenvolvimento dos trabalhos futuros. Nesse sentido, fazem parte dos próximos desdobramentos a serem analisados: a constituição do corpo docente e as congregações deliberativas da AAE, bem, como a elaboração e homologação de seus Estatutos; análise e reprodução de parte de suas preleções consideradas relevantes para o entendimento de seu funcionamento e abrangência de ação, entre outros documentos referentes à organização da instituição. Além disso, os desdobramentos referentes à reformulação do Estatuto para ser a Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB, com consequente alterações estruturais e objetivos de formação para docentes do secundário, concentrarão os esforços de reflexão destinados aos próximos trabalhos.

---

<sup>18</sup> “Art 4 .Dos cursos professados na Faculdade, mediante provas de exame e competente aprovação, serão conferidos grão e título de *bacharel* aos alumnos dos cursos de philosophia e letras e de sciencias políticas e sociaes e de *professor* aos do curso normal superior. (Grifos do texto) (DOU, 18 /03/1919, p. 12334)”

<sup>19</sup> “ O corpo docente composto de sócios do Instituto e de estranhos era excepcional: Homem de Mello, Ramiz Galvão, Delgado de Carvalho,[...], Pedro Lessa, Afrânio Peixoto, Afonso Celso [...] Jônathas Serrano, Oliveira Lima, [...] Afonso de Taunay , [...] Tavares de Lira, Roquete Pinto, Hélio Lobo, Félix Pacheco, Nuno de Andrade, e Virgílio Sá Pereira”.( LACOMBE,1926 p. 98)

## Bibliografia

- Diário Oficial da União** (1915 -1922). Disponíveis em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/> Acesso em: 20/04/2014
- FLEIÜSS, Max. **Recordando...** (Casos e perfis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941-1943, \_\_\_\_\_ *Relatório do secretário perpétuo*, apresentado na sessão magna de 7 de novembro de 1918. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 83, n. 137, p. 538, 1918.
- HOLLANDA, Guy de. **Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)**. Rio de Janeiro: INEP – Ministério da Educação e Cultura, publicado por :Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. (Publicações referente ao período de 1900 a 1930.) Arquivos em PDF disponíveis em:<<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> > Acesso em 20/01/2014
- TORRES, Alberto Seixas Martins.. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 74, n. 124, p. 704, 1911
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração brasileira e a ideia de Universidade*. **Boletim nº 241-Historia e filosofia da educação**: Universidade de São Paulo, 1959
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e Conhecimento Histórico: Uma história do saber escolar*. Tese – FEUSP – São Paulo, 1993
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Revisando a Historiografia Educacional brasileira*. In:MENEZES, Maria Crstina. (Org). **Educação, Memória, História: Possibilidades, leituras**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004 \_\_\_\_\_de ; PINTASSILGO, Joaquim. (orgs.) **Modelos Culturais, Saberes Pedagógico e Instituições Educacionais**.São Paulo:Edusp/FAPESP, 2011,
- CATROGA, Fernando. *Os modelos de Universidade na Europa do século XIX*. In:CARVALHO, Marta Maria Chagas de ; PINTASSILGO, Joaquim. (orgs.) **Modelos Culturais, Saberes Pedagógico e Instituições Educacionais**.São Paulo:Edusp/FAPESP, 2011
- CERTEAU, M. de **A Invenção do Cotidiano**, 1 Artes de Fazer. Petropolis: Vozes 1998
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã; Da colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves1, 1986



- GOMES, Angela de Castro. **A República, A História e o IHGB**. São Paulo: Fino Traço Editora, 2009
- GUIMARÃES Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu : Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Prefácio Arno Wehling. Rio de Janeiro : Museu de República, 2007
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Garibaldi, USP, 1972.
- HRUBY, Hugo. *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos*. In: Vestígio do passado: a historia e suas fontes. ANPHU- RS. Disponível em: < [http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581\\_ARQUIVO\\_HugoHruby.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581_ARQUIVO_HugoHruby.pdf). > Acesso em 20/01/2014
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- NOGUÉS, Boris. *Estudantes ou ouvintes: o público das faculdades de letras e ciências no século XIX*. **Revista de História da Educação**. Porto Alegre, v. 15 n 34 , jan/abr.2011
- SOARES, Nilza Teixeira. **Publicações oficiais, Arquivos Impressos**. Revista Bibliotecon, Brasília, N4 v.2 jul/dez 1998
- SOUSA, Francisco Gouvea de . *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)* / Tese Doutorado; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2012
- TRINDADE, Hélió. *Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder*. **Revista de Educação**; Rio Grande do Sul, N° 10, jan/abril